Brasília: a ser definida

» ALDO PAVIANI
Geógrafo, professor emérito da Universidade de Brasília, membro da Associação Nacional de Escritores (ANE) e do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal



Inaugurada em 21 de abril de1960 pelo presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira, Brasília teve o desenho inicial do urbanista e arquiteto Lucio Costa. Pensou ele que o centro abrigaria os poderes da República e seria "fechado" no Plano Piloto e, melhor ainda, na Esplanada dos Ministérios e Praça dos Três Poderes. Mas a migração e a chegada de operários para a construção de prédios e edifícios de apartamentos fez as autoridades abrir espaços novos nas assim chamadas cidades-satélites, posteriormente definidas como regiões administrativas (RAs) para efeito da governança distrital.

O primeiro núcleo, fora do centro, foi Taguatinga, inaugurada em 1958, antes mesmo do ato inaugural da capital federal. Para esse povoamento, foram deslocados os operários e membros da administração federal de nível salarial inferior aos dos altos escalões federais. Foram eles beneficiados com lotes doados como prêmio de consolação. Isso deveria ser para compensar os deslocamentos diários de cerca de hora e meia de viagem no estilo centro-periferia – à época em estradas poeirentas de chão batido. Os deslocamentos centro-periferia tinham a mesma conotação e semelhança das maiores metrópoles brasileiras.

Taguatinga ensejou outros povoamentos como Gama e Sobradinho, próprios para funcionários federais e distritais, fato que resultou em ocupações por mim denominadas de núcleos múltiplos ou estelares, espalhadas no território do Distrito Federal (DF). A eles já haviam sido incorporadas as cidades pré-existentes, Planaltina, que era município goiano, e Brazlândia, distrito de Luziânia, ambas incorporadas ao DF como cidades-satélites após 1960.

A essas localidades se juntaram outras, como a maior delas, Ceilândia, formada por 82 mil habitantes de comunidades próximas ao Núcleo Bandeirante, como a Vila Sara, Vila Tenório, Morro do Querosene etc. Tal como foi escrito em Brasília, ideologia e realidade — Espaço urbano em questão, de 1985, onde se poderá ler artigo meu *A metrópole terciária*. A capital do Brasil seguiu no rumo da expansão, estando muito superior ao que foi imaginado em 1960.

Agregue-se que essa obra é a primeira de muitas outras coletâneas que tratam especificamente de Brasília em seus múltiplos aspectos, conotações e problemas, todos com sugestões a respeito de soluções possíveis de serem implementadas. A essa coletânea, que inicialmente foi editada no Projeto de São Paulo, em 1985, e, posteriormente, incorporada à *Coleção Brasília*, da Editora da Universidade de Brasília. Outras coletâneas se seguiram a essa com o mesmo escopo — a evolução, estruturação e consolidação de Brasília.

Brasília foi se tornando uma grande cidade, hoje com estimativa de quase 3,1 milhões habitantes. Se agregarmos as cidades com limites do DF (Entorno), a população chegaria a mais de 4 milhões de habitantes. Em razão de a estimativa poder se aproximar da população existente, Brasília acaba sendo a terceira grande metrópole brasileira, segundo o IBGE, apenas superada em volume populacional por São Paulo e Rio de Janeiro, que são cidades seculares que foram se agigantando ao longo dos séculos.

Voltando ao tema do título, precisamos definir Brasília porque muitos pensam ser ela apenas coincidente com o Plano Piloto de Brasília, ou seja, com o núcleo histórico, idealizado para ser ele a capital do Brasil. Pergunta-se: o que deveriam ser os demais centros, como Ceilândia, com estimados 350 mil habitantes, ou Taguatinga, com mais de 200 mil moradores? Segundo as Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), essas localidades são bairros. Se assim fossem realmente consideradas, se evitaria a dubiedade da denominação satélites. A centralização das atividades federais e distritais no Plano Piloto deve levar a algumas confusões, pois esses núcleos habitacionais possuem vida própria, tendo comércio e algumas indústrias, que não caberiam no núcleo central. Essa evolução demanda a esta altura uma necessária descentralização de atividades e serviços.

Ademais, a concentração dos postos de trabalho no centro obriga deslocamentos diários (commuting) aos que exercem atividades remuneradas, procuram serviços ou exercem algum tipo de trabalho no Plano Piloto. Isso mostra certa evolução de cidade que já não corresponde ao que imaginado no fim da década de 1950. E mais: Brasília precisa ser conceituada porque, com o passar dos anos, se modificou, inicialmente pelas migrações e, atualmente, com o crescimento vegetativo ou aumento populacional gerado internamente pelos habitantes. A meu juízo, a capital do Brasil é constituída por todos os centros urbanos do DF ou, dito de outra forma, Brasília é o somatório do núcleo central, o Plano Piloto de Brasília, com os bairros geograficamente afastados, componentes do todo urbano do DF.

O exame das contas partidárias em tempo real

» FABRÍCIO MEDEIROS
Advogado, mestre em direito e professor universitário

A legislação eleitoral há muito reclama por aperfeiçoamentos que superem os retalhos legislativos preocupados com o tamanho e a disposição dos adesivos com propagandas, com a posição dos cavaletes nas calçadas, com o volume que reverbera do minitrio e outras filigranas irrelevantes para o fortalecimento da democracia brasileira.

Nesse sentido, é preciso repensar o modelo de prestação de contas dos partidos políticos. É que, além de ilógico, o atual regime amesquinha o direito de defesa das agremiações em detrimento da necessidade de julgamento, em até cinco anos após a data da apresentação das contas à Justiça Eleitoral, sob pena de não poder ser aplicada nenhuma sanção.

Um observador minimamente atento ao cenário partidário no Brasil, mais precisamente ao exame das contas partidárias, deve estranhar o grande número de desaprovações das contas dos partidos políticos e dos candidatos, bem como o não incomum julgamento dessas contas pela Justiça Eleitoral na undécima hora para evitar a ocorrência de prescrição quinquenal.

Não se pode ignorar que, com o incremento do financiamento público da democracia brasileira, as contas partidárias passaram a ostentar maior grau de complexidade, seja pelas vultosas quantias de recursos públicos movimentados, seja pela aplicação vinculada desses recursos por imposição legal ou por obrigação proveniente de decisões judiciais.

Como se não bastasse, os partidos ainda se deparam, ano após ano, com exigências cada vez mais surpreendentes e inovadoras emanadas dos setores contábeis que assessoram os magistrados eleitorais, quase todas impossíveis de serem cumpridas porquanto relacionadas a fatos ocorridos em exercícios financeiros já executados.

A desaprovação de cambulhada das contas partidárias anuais é, diante desse cenário caótico, questão de tempo. É preciso caminhar no sentido da adoção de um modelo que possa emprestar racionalidade às prestações de contas dos partidos políticos (e por que não também às dos próprios candidatos?) sem, no entanto, descuidar do imperativo de transparência que deve presidir a gestão de recursos de origem pública.

Para tanto, deve-se partir de duas premissas constitucionais, a primeira delas já anunciada anteriormente: (1) o princípio republicano com o seu sucedâneo de transparência imposto a todo e qualquer gestor de recursos de natureza pública; (2) a competência da Justiça Eleitoral para julgar as contas partidárias e eleitorais.

Atento a essas duas premissas, propõe-se uma reflexão em torno da criação de uma modalidade optativa de prestação de contas partidárias com auditoria em tempo real. Esse modelo poderia ou não ser adotado pelos partidos políticos, no lídimo exercício da sua autonomia constitucional, por meio da contratação de empresas de auditoria e conformidade previamente cadastradas pela Justiça Eleitoral.

Segundo esse sistema, os órgãos partidários nacionais, regionais ou municipais poderiam contratar instituições privadas de auditoria e de conformidade para acompanhar e fiscalizar, em tempo real, a execução financeira anual sob a responsabilidade do partido político, as quais poderiam, inclusive, indicar uma correção de rumos diante de uma execução em descompasso com a legislação vigente, minimizando, assim, a errônea aplicação de recursos de origem pública.

Nessa hipótese, a prestação de contas do órgão do partido político a ser apresentada à Justiça Eleitoral seria acompanhada do balanço contábil do exercício findo, bem como de relatório elaborado pela instituição de auditoria que reflita a real movimentação financeira, os dispêndios realizados e, se for o caso, os recursos aplicados em campanhas eleitorais.

Adotado o regime de auditagem em tempo real, o processo de prestação de contas dos órgãos partidários teria natureza administrativa e seria submetido a julgamento pela Justiça Eleitoral, assegurada a ampla defesa. Nesse caso, as contas somente seriam desaprovadas na hipótese de o relatório de auditoria apresentado não refletir a real movimentação financeira da agremiação, sendo cabível, nessas situações, aplicação de multa à agremiação pela Justiça Eleitoral.

Se a razão de ser do exame das contas partidárias é verificar a escorreita aplicação de recursos públicos e identificar os reais financiadores da democracia, o sistema de auditoria em tempo real pode ser um bom ponto de partida para que, ao lado de outras contribuições, seja possível superar o atual regime que gera, quase que sempre e automaticamente, a desaprovação de contas dos partidos políticos e vem servindo de motivo para o desgaste e enfraquecimento do sistema partidário brasileiro.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

Grande cemitério

Em vídeo de grande repercussão, que circula pela internet, é apresentado ao distinto público brasileiro uma pequena mostra da dura e perigosa realidade vivida hoje por milhares pelos professores em todo o país dentro das salas de aula.

Filmado pelos próprios alunos, na Escola Estadual Carlos Alberto de Oliveira, em Assis, o vídeo flagra a fúria e o descontrole de um adolescente de 15 anos contra o professor de biologia. de 58 anos, em cenas ocorridas na última terça-feira. Por muito pouco, o aluno agressor não parte para as vias de fato. Mas de dedo em riste na cara do mestre, o estudante ameaça o docente, joga objetos em sua direção, retira bruscamente sua cadeira por trás, joga sua mesa e seus objetos no chão, tudo numa onda de selvageria, que é apoiada pelo resto da turma aos gritos, incentivando ainda mais as cenas lamentáveis.

O professor não reage em instante algum, limitando sua ação a pedir que o aluno se retire de sala. É visível o constrangimento e mesmo o medo do professor diante de um aluno descontrolado e violento, que caso estivesse armado — o que seria hoje muito provável — não hesitaria em ferir ou mesmo matar o profissional por motivo injusto e fútil.

As cenas de barbárie, lógico, correram o mundo, oferecendo um pequeno close do nosso cotidiano dentro das escolas e que muito pouco difere da vida real fora das escolas. Para as autoridades que deveriam agir de imediato e com firmeza, restou a nota que diz: "O importante é trabalharmos uma visão holística, a qual envolve um olhar sobre todas as dimensões do indivíduo (desejo, crenças, sentimentos e afetividade) em conjunto com a comunidade escolar de forma que cada uma exerça seu papel a favor do bem comum".

A visão "holística" aqui, no tempo em que havia civilidade, era chamar os pais, depois de fazer um boletim de ocorrência na delegacia e depois de desligar o aluno da escola. Não se trata de um problema novo ou inusitado, mas demonstra, isso sim, um avanço, cada vez maior, da violência dentro de nossas escolas, contaminando, como um todo, as instituições de ensino e tornando a outrora respeitada profissão de docente, em uma atividade insalubre e de grande risco de morte. Atos sem consequências.

Não será exagero se mais adiante, não for exigido, por parte desses profissionais, acréscimo salarial por conta da extrema periculosidade da função. Ninguém precisa ser especialista em educação, psicologia, pedagogia e outras disciplinas voltadas ao ensino para saber que esse a avanço paulatino da permissividade e da violência dentro das escolas decorre, antes de tudo, de um desequilíbrio flagrante entre deveres e direitos, sendo, nesse caso específico e em outros registrados, ausência ou falta de punição adequada e correspondente ao nível de agressão.

Em alguns países, essas cenas terminariam com o aluno sendo algemado e conduzido a algum centro de reeducação de menores, ficando à disposição da Justiça. Por aqui, a frequência com que esses casos vêm ocorrendo mostra bem que a impunidade é também, em última análise, o motor propulsor desses atentados. É justamente a impunidade e a leniência das leis que estimulam os crimes, começando pelos pequenos delitos e tendo como desfecho os crimes de mortes e de chacinas de inocentes. Somos, nesse caso e em outros, compartícipes de desses atentados, dentro e fora de casa, quando toleramos comportamento longe daquilo que seria minimamente civilizado.

Muitos desses menores, verdadeiros infratores em potencial, são preparados ainda dentro dos lares e depois enviados para as escolas, na ilusão de que serão civilizados nesses ambientes externos. O que o país assiste, de mãos e atitudes amarradas, é a formação de uma grande legião de menores totalmente sem freios e sem leis, largados pelados de éticas, em meio à sociedade, que parece acordar apenas, naqueles momentos de grande comoção, quando delinquentes entram com machados em escolas e deixam um rio de sangue.

Depois disso, passados o susto e a comoção, voltamos sonolentos para nosso berço esplêndido, à espera que outro susto venha nos perturbar a paz nesse grande cemitério chamado Brasil.

» A frase que foi pronunciada

"O que educa é corrigir o erro na base da consequência. É corrigindo o erro que se aprende."

Içami Tiba, foi médico e psiquiatra

Há controvérsias

» Na discussão alterada dos deputados em Comissão, em participava Flávio Dino, uma coisa ficou clara. Os dados da violência no país não batem nem com os do Ipea, nem com os do monitor da violência do G1. Veja no *Blog do Ari Cunha* os indicadores da época.

» História de Brasília

No Setor Comercial Residencial à altura das casas da Fundação, uma máquina estava fazendo movimento de terra, e, por isso, foi preciso retirar as árvores plantadas outro dia. Terminado o trabalho, quem arrancou as árvores não plantou, novamente, como seria lógico.
(**Publicada em 18/3/1962**)